



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO /2021
(Do Sr. Calos Veras)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 6764/2002, e apensados, que define, no Código Penal, os crimes contra o Estado Democrático de Direito e revoga a Lei de Segurança Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, II e V, da Constituição Federal e nos termos do art. 255 do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública destinada a debater o Projeto de Lei 6764/2002, e apensados, que define, no Código Penal, os crimes contra o Estado Democrático de Direito e revoga a Lei de Segurança Nacional.

Assim, solicito que sejam convidadas e convidados:

- Sra. Priscila Pâmela, Instituto de Defesa do Direito de Defesa;
- Sra. Margareth Ferreira, Movimento Negro Unificado;
- Sr. Wagner Moreira Ideas, Assessoria Popular/Salvador;
- Sra. Sônia Guajajara, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB;
- Sr. Rafael Borges, Instituto Carioca de Criminologia;
- Sr. Gustavo Seferian, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES;
- Representante da Coalizão Direitos na Rede;
- Sr. Leonardo Sakamoto, Representante do Repórter Brasil;
- Sr. Thiago Amparo, da FGV-Direito;
- Representante da Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

- Aristides Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag);
- Representante da CUT – Central Única dos Trabalhadores;
- Representante do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 6764/2002 propõe a revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/1983) e a aprovação de uma nova legislação sob o título de defesa do Estado Democrático de Direito.

Tal projeto, e o conjunto de apensados, pode afetar diretamente as liberdades fundamentais e incide em criminalização de condutas e debates sobre a democracia em si, com impacto direto em toda a sociedade, demandando amplo e plural debate prévio e consulta com a sociedade civil, especialmente considerando que pode afetar de maneira intensa direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, liberdade de associação e direito de protesto.

Em razão do exposto, conto com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2021.

Deputado Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217657349000>

